

Programa Formativo

“Patrimônio, Memória e Gestão Cultural”



CASA MÁRIO DE ANDRADE
PROGRAMA FORMATIVO
"PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E GESTÃO CULTURAL"

Buscando sentido: Reflexões para a preservação da memória barbareense pelo acervo do CEDOC da Fundação Romi

Cecília Neves Kappler Vaz
Débora de Souza Simões
Leide Maria Cesario Franco
Michael Lopes Argento
Sandra Edilene de Souza Barboza

São Paulo

2022

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a composição das coleções do Centro de Documentação Histórica (CEDOC) da Fundação Romi e o impacto de suas atividades de preservação do patrimônio cultural de Santa Bárbara d'Oeste (SP) no desenvolvimento de ações de extroversão com o público. O texto remonta desde os primeiros movimentos da Fundação Romi para coleção de documentos para a estruturação de seu Arquivo Histórico, até as atividades contemporâneas do CEDOC e os impactos que os procedimentos de coleta e documentação em contextos anteriores causam nas dinâmicas de trabalho atuais, sobretudo no que concerne ao acervo de objetos tridimensionais, cuja falta de referenciais informacionais inerentes à sua incorporação à coleção configura um dos principais desafios para os trabalhos de preservação, pesquisa e comunicação da instituição. O artigo propõe ainda a diversificação de suas atividades de educação patrimonial (centradas no atendimento ao público escolar e a projetos isolados) perenes e de maior capilaridade, de forma a instigar a participação da comunidade no processo de pesquisa e identificação de referências patrimoniais a serem preservadas pela Fundação Romi.

Palavras-chave: Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi, Preservação, Educação Patrimonial.

1. Uma instituição de preservação da história barbarena

Como coletar, preservar e contar a história de uma cidade? Como equacionar os conflitos e debates inerentes a uma reunião ora aleatória, ora artificialmente construída por um conjunto de profissionais? Como reforçar a função pública deste trabalho, visando a ampliação e a perenidade da participação da comunidade no processo de reflexão e construção de suas referências culturais? O Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi tenta assumir este compromisso em Santa Bárbara d'Oeste. Instituída em 1957 pelo casal Américo Emílio Romi - fundador das Indústrias Romi (1930) - e Olímpia Gelli Romi, a instituição caracteriza-se como uma entidade privada sem fins lucrativos, criada inicialmente como organização assistencialista destinada ao provimento de serviços de saúde aos funcionários da Romi S. A. Em um segundo momento, a necessidade de trabalhadores com formação técnica proporcionou que a educação se tornasse uma das bases da instituição. Atualmente, a Fundação tem como missão promover o desenvolvimento social e humano através da Educação e da Cultura. É também mantenedora do NEI (Núcleo de Educação Integrada) e da Estação Cultural¹.

O intento de reunir, preservar e comunicar registros da história barbarena inspirou a recém-criada Fundação Romi a publicar na edição de 7 de junho de 1964 do Jornal D'Oeste, o anúncio *História da Cidade*. Nele, a Fundação Romi expressou o desejo de colecionar fotografias e documentos antigos da cidade, convidando a comunidade de Santa Bárbara d'Oeste a colaborar com esse processo através de doações de itens. O primeiro documento doado a partir desse anúncio está preservado no acervo, e trata-se do Álbum Ilustrado de Santa Bárbara de 1940, doado por Cícero Queiroga.

A publicação do anúncio no periódico é considerada um dos marcos fundadores do Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi (CEDOC). Por anos operando informalmente no organograma da instituição, o setor foi criado somente em 29 de junho de 1990, sob a denominação de "Arquivo Histórico". Em 2003, a Fundação reestruturou o Arquivo, no intuito de ampliar o acesso do público ao acervo e o rebatizou para o nome com o qual é identificado até hoje: Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi (CEDOC).

¹ Espaço mantido pela Fundação Romi na antiga estação ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste. No local acontecem exposições, oficinas, cursos, feiras e demais eventos com o intuito de promover "o desenvolvimento social por meio da cultura" (FUNDAÇÃO ROMI. Destaques Estação Cultural, s.d. Disponível em: <<https://fundacaoromi.org.br/fundacao/estacao-cultural/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

Desta forma, o CEDOC, por meio da composição inicial de seu acervo, é uma instituição de preservação da história que exerce, a custódia de “documentos (peças, objetos, artefatos) que intencionalmente são guardados, pois providos de um valor documental que lhes foi intencionalmente atribuído” (SMIT, 2010, p.33). Espaço de difusão do saber, formação, coleta, preservação e transmissão do patrimônio cultural, o CEDOC dispõe de materiais arquivísticos, bibliográficos e objetos tridimensionais por meio da reunião de documentos tanto no formato físico quanto no digital. Essa diversidade de suportes que compõe as coleções acabou por caracterizar como uma “entidade híbrida”, sem uma teoria metodológica específica para o tratamento de seu acervo e se baseia nas ciências da informação, da arquivologia e da biblioteconomia (TESSITORE, 2003, p. 13).

Entretanto, as diferentes etapas de consolidação do CEDOC da Fundação Romi implicam em reflexões sobre elementos que vão desde sua natureza institucional até a forma como preserva, pesquisa e comunica o patrimônio cultural sob sua tutela.

Este artigo tem por objetivo identificar os principais pontos destas discussões e propor soluções para os hiatos de pesquisa e documentação enfrentados pela instituição com o objetivo de qualificar seus projetos de extroversão e comunicação junto à comunidade.

1.1. Buscando uma identidade

As características técnicas e operacionais que o CEDOC adquiriu ao longo de sua trajetória levam a um primeiro desafio conceitual, que visa justamente definir sua natureza institucional. Apesar de estar vinculada historicamente à Romi S. A., a Fundação é uma organização de direito privado², o que pressupõe autonomia operacional e patrimônio desvinculado da empresa de mesmo nome. Em outras palavras, não há necessariamente uma relação hierárquica e verticalizada na qual a Romi S. A. detém poder decisório sobre os assuntos inerentes à Fundação.

Neste sentido, apesar do CEDOC ter sido criado em um contexto semelhante ao identificado para outros centros de memória vinculados a organizações públicas e privadas (CAMARGO; GOULART, 2015)³, a formação de suas coleções e o desenvolvimento de suas atividades técnicas de pesquisa, salvaguarda e extroversão do patrimônio histórico e sua

² A versão mais recente do Estatuto Social da Fundação Romi data de 28 de novembro de 2016 e está disponível para consulta pública na página oficial da instituição, por meio do endereço: <https://fundacaoromi.org.br/fundacao/fundacao-romi/pagina/28>.

³ Os centros de memória associados às organizações públicas e privadas começam a surgir em maior número a partir da década de 1980, em um contexto associado ao processo de redemocratização e à privatização de empresas estatais (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 63).

infraestrutura organizacional dispõem de considerável independência em relação às decisões adotadas pelo corpo diretivo da Romi S. A.

Embora a preservação da história da empresa - e da própria Fundação Romi - seja uma das diretrizes para o processo de formação do acervo do CEDOC, como apresentaremos mais adiante na caracterização de suas políticas de aquisição, a composição das coleções acontece em um contexto anterior, que previa a participação direta da população barbareense na doação de documentos considerados relevantes à história da região. Assim, se organizações privadas buscam “na história elementos que reforcem sua imagem como partícipes da comunidade, considerando o centro de memória importante ferramenta de integração” (CAMARGO & GOULART, 2015, p. 68), no caso do acervo hoje salvaguardado pelo CEDOC, também foi a integração prévia com a comunidade que implicou na formação das coleções que caracterizam sua atuação⁴, o que impõe importantes desafios de mediação por meio de ações de extroversão patrimonial. Dessa forma, o CEDOC deve atuar como “*locus* de produção de sentido”, não apenas como local de “acumulação de documentos/objetos” (SMIT, 2010, p. 39).

Para o antigo superintendente da Fundação Romi, Vainer Penatti⁵, a composição do acervo baseado na participação da comunidade atingiu este objetivo. Em entrevista concedida para a elaboração do presente trabalho, Penatti argumenta que:

[...] quando a FR [Fundação Romi] formaliza sua intenção de guardar e preservar documentos para um acervo histórico, e assim preservar a história de muitas famílias e da comunidade barbareense. A partir daí o acervo começa a crescer com a doação de muitas coleções de fotografias e outros documentos diversos vindos de doadores que acreditaram na entidade para a guarda e cuidado com a história, fato que viria se confirmar com o passar do tempo e com a organização e profissionalização do acervo histórico. Essa forma de composição do acervo, através da doação da comunidade, permitiu que a FR [Fundação Romi] tivesse uma característica especial, a preservação

⁴ A vinculação do CEDOC à Fundação Romi também implica em um conjunto de atividades que denotam algumas distinções ao diagnóstico feito por Camargo e Goulart. Se, por um lado, a disponibilização do acervo digitalizado em seu website oficial e a estruturação de uma exposição são exemplos de “produtos” – optamos por seguir a terminologia adotada pelas autoras para designar alguns serviços prestados pelos centros de memória para a difusão de seus acervos – comuns aos diversos centros de memória pesquisados pelas autoras e que podem ser verificados também no Centro de Documentação ao longo de sua trajetória, o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial (seja em virtude da missão institucional da Fundação, seja em decorrência de contrapartidas oriundas da premiação em editais de fomento) tornou-se referência para a realização de ações de extroversão cultural capitaneados pela instituição, como demonstrado mais adiante.

⁵ Vainer João Penatti, nascido em 11 de setembro de 1956, começou a atuar na Fundação Romi em janeiro de 1987 como administrador da entidade, sendo responsável pelas áreas administrativa, contábil e financeira. Foi superintendente da Fundação de janeiro de 2016 a fevereiro de 2022.

da história da cidade e de seus habitantes, não se limitando a contar com a história dela própria, FR [Fundação Romi] e Romi⁶.

No entanto, é justamente a acumulação descriteriosa de documentos a partir de meados da década de 1960, sem o estabelecimento de políticas direcionadas de aquisição ou de uma documentação que corrobore a incorporação destes itens à sua salvaguarda, um importante primeiro problema estrutural do CEDOC, que leva à forma como a instituição processa, pesquisa, preserva e comunica estes documentos até os dias atuais.

A composição do acervo do atual CEDOC em muito se assemelha ao de grande número de museus no estado de São Paulo na gestão de suas coleções. Estas instituições, “em sua origem, não passaram por processos de definição de políticas ou planejamentos estratégicos que incluíssem critérios claros sobre o que aceitar em doação ou mesmo o que buscar, por meio de pedidos, patrocínio ou compra direta, para compor seus acervos” (RAMOS, 2010, p. 15).

Assemelha-se, portanto, os museus paulistas ao que pode ser inferido no caso do CEDOC:

Nesse contexto, praticamente todas as ofertas de doação eram aceitas e não foram raros os momentos em que campanhas foram iniciadas visando ampliar as coleções, numa lógica de ausência de critérios de seleção, como que pressupondo mérito maior aos museus quanto mais numerosos fossem seus acervos (RAMOS, 2010, p. 16).

A atuação de integrantes do corpo funcional do então Arquivo Histórico da Fundação Romi colaborou diretamente para práticas como as citadas acima. Em entrevista para elaboração deste trabalho, Antonio Carlos Angolini, antigo chefe do Arquivo Histórico, argumenta que, apesar da Fundação Romi ter publicado sua proposta de receber arquivos sobre a história da cidade no Jornal D'Oeste, a devolutiva da própria população foi aquém do esperado. Assim, quando ele assumiu seu posto na Fundação Romi em 1974 (ou seja, anteriormente à criação formal do Arquivo Histórico), tomou para si a responsabilidade de buscar tais documentos, principalmente fotos e jornais, relatando ainda que muitas vezes arcava com as despesas de revelação. Angolini também foi responsável por fazer registros fotográficos e de áudio sobre a cidade, comprando por conta própria máquina fotográfica e gravador. Todo este trabalho foi realizado, segundo ele, antes mesmo da existência formal do

⁶ A entrevista com o senhor Vainer João Penatti foi realizada remotamente, por meio de preenchimento de ferramenta do tipo *survey*.

Arquivo Histórico, sendo visto como uma consequência de seu trabalho. Já após a inauguração do Arquivo, Angolini relata que:

[...] acreditava na importância do Arquivo Histórico e eu, como ficava em Santa Bárbara a noite toda, eu saía, ia muito do Strazdin⁷. E depois, quando começou a publicar o “Recordando”, eu comecei a procurar pessoas, procurar fotos, e aí foi o grande “boom”, a gente aumentou muito o acervo, porque eu já produzia fotos, levava. Nós chegamos a ter, no começo, 3-4 mil fotos e, depois, quando a gente foi ver, tinha 100 mil fotos.⁸

O processo acumulativo de documentos gerou uma demanda por estruturação de procedimentos de salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural, que começou na década de 1990, com o Arquivo Histórico, e se consolidou em 2003, quando a Fundação Romi realizou uma reestruturação na qual foi formalizada a mudança de seu nome para Centro de Documentação Histórica⁹.

Entre os anos de 2005 e 2007, verificou-se uma primeira fase de estruturação das práticas de documentação do acervo do CEDOC, na qual foram realizados o diagnóstico, catalogação, digitalização e acondicionamento dos documentos¹⁰. Em um segundo momento, entre os anos de 2008 e 2009, o CEDOC inaugurou uma área reformada e adaptada com investimentos próprios da Fundação Romi, para servir de local de mediação entre o público e o acervo, por meio de atividades de Educação Patrimonial realizadas em seu espaço expositivo. Em abril de 2018, o CEDOC foi transferido para uma nova sede, considerada mais ampla e adequada ao processamento e acondicionamento de seu acervo, mas que implicou na descontinuidade do espaço expositivo até os dias atuais.

O processo de composição do acervo do CEDOC e suas etapas de reestruturação reforçam sua hibridização quando são pensados os trabalhos de preservação, pesquisa e

⁷ Augusto Strazdin, fotógrafo que captou imagens da cidade de Santa Bárbara, de lugares, eventos, imagens aéreas da cidade, entre outros. A partir de seu acervo o CEDOC foi desenvolvida a ação educativa “Maleta da história” e o “Projeto Imagens Reveladas. Tesouros Escondidos”.

⁸ A entrevista com o senhor Antônio Carlos Angolini foi realizada por meio do uso de telefone, em formato de áudio.

⁹ A reestruturação do então Arquivo Histórico, que também formaliza a mudança de nome para Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi, foi registrada em ata de reunião da diretoria da Fundação Romi, realizada em 4 de março de 2004. Em 2003, a Fundação Romi contratou a empresa Galpão Cultural para elaborar o projeto de organização de seu acervo. Inicialmente, foi realizado um inventário da documentação existente e a definição de alguns parâmetros de organização que visavam à adequação de critérios já utilizados pelo Arquivo Histórico. Em 2004, o projeto foi encaminhado ao Ministério da Cultura (MinC / Lei Rouanet) para análise; a aprovação ocorreu em setembro de 2004. A captação dos recursos foi efetivada em dezembro do mesmo ano. Os trabalhos tiveram início efetivo em março de 2005, com a contratação de empresa de digitalização de jornais, de estagiários, aquisição de computadores e arquivos deslizantes.

¹⁰ Esta fase foi realizada com o apoio do antigo Ministério da Cultura, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991), patrocinada pela Romi S.A.

comunicação do patrimônio cultural. Como abordado por Castro e Gastaud ao retratar o Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, estas instituições “podem apresentar características da Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia, a depender de seu acervo e da forma como ele é tratado, podendo um mesmo centro ter essas três áreas de conhecimento convivendo harmonicamente” (CASTRO; GASTAUD, 2017, p. 271).

No entanto, apesar do CEDOC da Fundação Romi estar alinhado à sua temática principal de preservar e extroverter documentos inerentes à história da cidade de Santa Bárbara d’Oeste, a gestão documental desequilibrada dos itens implica em fatores de fragilização de suas atividades-fim. Em outras palavras, é possível identificar que, mesmo reconhecendo uma diversidade tipológica em seu acervo, o CEDOC não tem sido capaz de promover uma gestão informacional sistêmica das coleções, comprometendo potencialmente a comunicação ao público dos conhecimentos inerentes a estes documentos.

2. Contribuições da museologia

Se, por um lado, parece evidente que a transferência da sede do Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi representa um importante ganho potencial em termos de infraestrutura predial, a instituição ainda dispõe de um passivo de processamento de parte substancial de seu acervo. A tabela a seguir demonstra o levantamento atual do acervo do CEDOC a partir dos tipos documentais estabelecidos por sua política de aquisições, à quantidade de itens catalogados e não catalogados para cada tipo, e suas respectivas proporções (em porcentagem):

Tabela 1 - Distribuição do número de itens catalogados e não catalogados pelo CEDOC da Fundação Romi e suas respectivas percentagens

Tipo Documental	Quantidade Catalogado	Quantidade não catalogado
Áudio	488 (30,87%)	1093 (69,13%)
Catálogo	1614 (89,72%)	185 (10,28%)
Documento Iconográfico	2107 (45,43%)	2531 (54,57%)
Documento Textual	3866 (48,68%)	4075 (51,32%)
Fotografia	55212 (39,22%)	85546 (60,78%)
Material Gráfico	756 (23,75%)	2427 (76,25%)
Objeto	1 (0,48%)	208 (99,52%)
Publicação Monográfica	230 (53%)	204 (47%)
Recorte	21328 (57,58%)	15712 (42,42%)
Vídeo	1625 (87,32%)	236 (12,68%)

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fundação Romi. Centro de Documentação Histórica – CEDOC, 2022. Disponível em: <<https://cdoc.fundacaoromi.org.br/>>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

A Política de Aquisição e Desenvolvimento do Acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi, cuja versão mais recente data de 2009, determina em seu Artigo 3º que o acervo da instituição é formado por documentos definidos como “toda informação registrada independente de forma ou suporte, que serão preservados em função de seu valor informativo, testemunhal, probatório, que servirão para conferir autenticidade a algum acontecimento histórico ou utilizado como fonte para pesquisas” (FUNDAÇÃO ROMI, 2009, p. 1). O documento ainda prevê que são admitidos à coleção do CEDOC os itens categorizados como catálogo, documento iconográfico, documento textual, fotografias, imagem em movimento (vídeos), objeto, material gráfico, publicação monográfica, publicações seriadas e recortes¹¹. A composição inicial do acervo que hoje é salvaguardado pelo CEDOC deu-se por meio da participação ativa de funcionários da instituição e da comunidade barbareense na doação não documentada de itens considerados inerentes à história da cidade, contudo, a Política de Aquisição e Desenvolvimento de Acervos estabeleceu as regras gerais para novas aquisições, delimitando que a área de atuação da instituição na recepção, organização e disponibilização de documentação histórica estaria relacionada a três eixos principais: à cidade de Santa Bárbara d'Oeste, à Fundação Romi e às Indústrias Romi.

Junto à Política de Aquisição e Desenvolvimento de Acervos, a equipe do CEDOC estabeleceu um conjunto de diretrizes que têm por objetivo sanar um hiato nas rotinas de conservação preventiva e documentação das coleções que envolvem o processamento técnico dos itens em cinco etapas.

Na primeira etapa, o Registro, a equipe do CEDOC atribui ao item um número de Registro Geral (RG) em seu Sistema de Gestão de Acervo¹², cuja atribuição assemelha-se à figura do livro de tomo da instituição. A segunda etapa consiste na digitalização dos itens registrados no Sistema de Gestão do Acervo. A terceira etapa consiste na catalogação dos itens, na qual são preenchidos campos como classificação, legenda, título, localização, autoria, data de produção, indexação (descritores), descrição física, entre outros. Assim que

¹¹ A reorganização do acervo em 2005, pela empresa Galpão Cultural, definiu a organização do acervo no nível de descrição do item documental, baseado nas normas de catalogação AACR2 e nas normas de descrição de arquivos ISAD(G).

¹² Software desenvolvido para o CEDOC para gerenciar e administrar as informações dos itens do acervo que passam pelas etapas de processamento técnico, bem como realizar o controle de doações, empréstimos, comodato, permuta e compra de documentos, além de disponibilizar uma base de dados via internet. No módulo Registro Geral cada documento que passa a fazer parte do acervo tem o seu registro. Esse é considerado como o livro de tomo da instituição. Neste módulo é gerado um número sequencial crescente que será usado para identificar a unidade do documento.

os profissionais do CEDOC terminam a catalogação dos itens, as informações ficam disponíveis para pesquisa de forma gratuita na rede mundial de computadores¹³. A quarta etapa consiste na higienização do item. O quinto e último procedimento consiste no acondicionamento dos itens processados. Após a higienização, cada item é acondicionado em uma embalagem de qualidade arquivística, adequada à sua conservação, e é levado a uma Reserva Técnica dotada de infraestrutura para controle e monitoramento climáticos e armários deslizantes, condições infraestruturais obtidas justamente a partir da transferência da sede do CEDOC.

Nesse sentido, apesar de considerarmos o estabelecimento de diretrizes para o processamento técnico dos documentos que compõem o acervo do CEDOC um importante amadurecimento técnico e institucional, o desequilíbrio proporcional entre as tipologias de documentos catalogados e não catalogados demonstra um importante desafio quanto à uniformização das informações. Em outras palavras, a equipe do CEDOC, atuando sobretudo por meio de projetos, ainda não cobriu uniformemente a catalogação dos tipos documentais previstos em sua política de aquisição, de forma que é possível inferir que algumas tipologias de acervos estão em situação mais avançada do que outras. Além disso, a atual categorização atribuída pela instituição também parece limitar a interseccionalidade dos documentos por ela salvaguardados, uma vez que, considerados isoladamente, limitam seu potencial comunicacional e agregador de novos conhecimentos.

É aqui que o tipo documental “objeto” adquire uma posição de maior destaque no processo reflexivo. A tipificação documental proposta pelo CEDOC e a implantação das diretrizes de processamento informacional dos documentos levam a um processo de priorização de itens cujas aplicações metodológicas se aproximam mais da Arquivologia e da Biblioteconomia. Se autores e autoras como Tessitore (2003), Castro e Gestaut (2017), ao discutirem as características estruturais e operacionais de Centros de Documentação, propõem que eles dispõem de uma natureza híbrida, marcada pelo convívio harmônico de áreas, é possível inferir que o CEDOC da Fundação Romi ainda precisa refletir sobre a aplicação de um método de trabalho vinculado à área museológica e que tem sido pouco explorado.

Embora em número absolutamente inferior a todas as demais tipologias de acervos salvaguardados pelo Centro de Documentação Histórica, os objetos (vinculados

¹³As informações dos itens processados por meio dos procedimentos estabelecidos pela equipe do CEDOC estão disponíveis para consulta no endereço: <<https://cdoc.fundacaoromi.org.br>>. A base de dados é acessível em libras e a usuários com baixa visão.

conceitualmente a suportes considerados tridimensionais) são os que menos passaram pelo processamento técnico desenhado pela equipe quando analisado proporcionalmente aos demais itens que compõem o acervo¹⁴. A reunião destes itens, anterior à estruturação do CEDOC, impôs à equipe da instituição um déficit informacional que varia desde a identificação da procedência do objeto - uma vez que não havia um procedimento para a recepção formal dos itens por meio da assinatura de termos de doação, por exemplo - até à aderência de informações que os identificassem como referência cultural para a comunidade barbareense.

Associado a este processo, soma-se a não previsão de uma infraestrutura de guarda especificamente concebida para esta tipologia de acervo (composta essencialmente por itens de grande porte) e a desativação do espaço expositivo após a transferência do CEDOC à sua atual sede, o que leva não apenas à fragilização das condições de salvaguarda destes itens, mas também a uma fragilização do próprio relacionamento com o público espontâneo, que não dispõe mais de acesso livre à instituição¹⁵. A não utilização da área originalmente pensada como espaço expositivo na atual sede do CEDOC implica também na fragilização do próprio relacionamento das equipes que atuam cotidianamente na instituição com o patrimônio, levando à adoção de rotinas potencialmente prejudiciais à sua conservação. Acondicionados desordenadamente e sem a adoção de procedimentos previamente estabelecidos, o espaço passou a ser utilizado como depósito de materiais de uso geral, tais como mobiliários e produtos de limpeza.

Embora o CEDOC da Fundação Romi não se configure necessariamente, tanto de seu ponto de vista organizacional, quanto por seu viés conceitual, como uma instituição museológica de fato, é possível se basear na produção teórica deste campo para qualificar suas estruturas de trabalho¹⁶. Neste sentido, se o Plano Museológico, documento cuja finalidade é a “de orientar a gestão do museu e estimular a articulação entre os diversos setores de funcionamento” (IBRAM, 2016, p. 35), é compreendido como uma referência

¹⁴ O único item categorizado como objeto tridimensional que passou pelas etapas de processamento técnico desenvolvidas pelo CEDOC da Fundação Romi é uma flâmula, acondicionada na reserva técnica com os demais itens que compõem as coleções da instituição.

¹⁵ Convém destacar que o déficit informacional inerente à composição do acervo de objetos tridimensionais do CEDOC é um dos fatores que impediram a reestruturação de seu espaço expositivo na nova sede. A ausência de informações inerentes a estes itens da coleção impediu que houvesse um trabalho de pesquisa detalhada, fragilizando as possibilidades de narrativas curatoriais.

¹⁶ Isso não impede necessariamente que o CEDOC participe de importantes movimentos e políticas públicas para o setor museológico. A instituição passou pelo processo cadastral básico estabelecido pelo Cadastro Estadual de Museus, do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), tendo como resultado “em processo de estruturação museológica”. Em âmbito federal, o Instituto Brasileiro de Museus também inseriu a instituição em seu mapeamento, obtendo a qualificação do Cadastro Nacional de Museus.

inerente às suas especificidades institucionais, o planejamento estratégico enquanto documento que determina o estabelecimento de prioridades de uma organização em um determinado período é um dos elementos centrais para situar seus desafios a um determinado contexto de trabalho.

Partindo deste pressuposto, apesar da existência de uma Política de Aquisições e Desenvolvimento de Acervos ser um importante referencial que determinou o estabelecimento de relevantes procedimentos para a formação, incorporação e processamento das informações do acervo documental do CEDOC, verifica-se a necessidade do estabelecimento de diretrizes mais amplas que se configurem como um Programa de Acervos que incorpore em seu horizonte de trabalho a diversidade das coleções salvaguardadas pela instituição - incluindo os itens caracterizados como “objetos” - às dinâmicas de trabalho das equipes, com a “interligação das diferentes bases de dados que descrevem os diferentes tipos de documentos presentes no museu” (SMIT, 2010, p.39). Para o Instituto Brasileiro de Museus, o Programa de Acervos:

[...] consiste no estabelecimento de diretrizes, normas e políticas para o gerenciamento dos acervos musealizados, integrando esforços para as ações de aquisição, movimentação, conservação-restauração, bem como os procedimentos que envolvem a documentação museológica dos bens de natureza arquivística, bibliográfica e museológica incorporados ao museu. Por isso, o objetivo do programa é planejar as ações relativas ao processamento técnico, ao gerenciamento, à preservação e difusão desses acervos (IBRAM, 2016, p. 53).

Compreendido indissociavelmente de outras dinâmicas de trabalho, o Programa de Acervos é um dos elementos que ajudariam a estruturar de maneira transversal e interdisciplinar as áreas estratégicas do CEDOC, como a pesquisa, o desenvolvimento de exposições, rotinas de comunicação institucional e a realização de ações culturais e educativas, elementos centrais na difusão e extroversão do patrimônio cultural.

Se concebidos dialogicamente, outros componentes importantes para a elaboração de Planos Museológicos podem ser explorados pelo Centro de Documentação Histórica visando a qualificação de seus serviços à comunidade. O Programa de Exposições e o Programa Educativo e Cultural são importantes exemplos.

Inaugurada em 2009, a exposição de longa duração do CEDOC foi a primeira experiência de extroversão do acervo em sua sede, já que a instituição já havia produzido exposições temporárias em outros espaços da cidade. Seguindo os princípios institucionais de resgatar e preservar a história da cidade de Santa Bárbara d'Oeste e região, a exposição tecia a trajetória das primeiras ocupações humanas na região, passando pelas imigrações americanas e europeias, pelas usinas e com destaque para as indústrias Romi S. A., utilizando

seu acervo fotográfico, tridimensional e com o apoio de textos. O acesso à exposição era público e gratuito e a mesma equipe responsável pelo processamento técnico realizava a mediação com o público. A metodologia adotada nas mediações com o público escolar consistia em quatro etapas (observação, registro, exploração e apropriação), sendo que a inicial ocorria no próprio Espaço Expositivo do CEDOC, fornecendo embasamento histórico aos visitantes (FUNDAÇÃO ROMI, s.d.).

Desde então, o Centro de Documentação investiu em diferentes ações educativas, como os eventos “Educação Patrimonial” e “Capacitação de Educadores do Município de Santa Bárbara e Americana no Programa de Educação Patrimonial”, que ocorreram em 2009 e 2010, ministradas por Maria de Lourdes Parreira Horta. Também foram desenvolvidos projetos educativos, como: “Expedição Histórica Fotográfica” (2012), “Educação Patrimonial” (2013), “História local como elemento de Cultura e Cidadania” (2014), “História local como elemento de Cultura e Cidadania” (2014/2015), “CEDOC em Movimento” (2017-2018).

Com a transferência de sua sede em 2018 e a concomitante descontinuidade da exposição de longa duração, o acervo utilizado na mostra foi acondicionado provisoriamente em espaços não estruturados como áreas de guarda adequadas. Em paralelo, o atendimento presencial ao público também foi interrompido, configurando-se numa importante barreira comunicacional frente à comunidade. A partir deste contexto, projetos incentivados como “Imagens Reveladas. Tesouros Escondidos” (2019-2022) e “Preservação dos desenhos técnicos do CEDOC da Fundação Romi” (2021-2022) tiveram como objetivo estreitar o relacionamento com o público. A efemeridade desses projetos, em contrapartida, dificulta o desenvolvimento de relacionamentos mais perenes com o público, em contraponto à natureza da própria educação patrimonial, compreendida como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 2006, p. 06)

Entendido como o “conjunto de ideias e práticas que buscam trabalhar as relações da memória por meio dos objetos” (IBRAM, 2016, p. 60), o Programa de Exposições configura-se como uma oportunidade de desenvolvimento de relacionamentos mais perenes com a comunidade visando a reabertura de seu espaço expositivo, considerando que o documento:

[...] deve compreender mecanismos de consulta à comunidade, para entender seus desejos, suas expectativas e suas reações face às exposições realizadas, além de um permanente trabalho de avaliação dos resultados obtidos, com o objetivo de aprimorar sua atuação. (IBRAM, 2016, p. 60).

Em paralelo, o Programa Educativo, considerado numa perspectiva integradora na qual “a educação museal assume um novo compromisso com a realidade social e com as transformações contemporâneas” (IBRAM, 2016, p. 64), insere o CEDOC em uma nova lógica de articulação com a comunidade.

3. Desdobramentos

O Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi é uma instituição de preservação que acompanha as transformações de Santa Bárbara d'Oeste desde o começo da segunda metade do século XX. Mesmo que não criado formalmente neste contexto, o CEDOC constituiu-se a partir da participação da comunidade barbarensense, responsável pela formação de parte substancial do acervo da instituição. Se, por um lado, este processo reforça sua relevância social, por outro, implicou em uma série de problemas estruturais que se estendem às atuais rotinas de documentação. A ausência de uma política de acervos que estabelecesse diretrizes prévias para a composição da coleção implicou em um importante hiato informacional, que dificulta inclusive o estabelecimento de nexos entre os diferentes itens que a compõem.

Alguns documentos representam desafios maiores do que outros à equipe do CEDOC. Ainda que a categorização apresentada pela Política de Aquisição e Desenvolvimento do Acervo demonstre uma dificuldade em propor o estabelecimento de relacionamentos informacionais sistêmicos entre os diferentes itens, a desproporcionalidade no processamento das informações numa tipologia específica, “objetos”, demonstra que a instituição pode beber de outras fontes para avaliar e ampliar seu trabalho. Do mesmo modo, ao compreender o CEDOC como uma instituição que partilha de funcionalidades e operacionalidades compartilhadas de áreas como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, é possível inferir que esta terceira ainda carece de mais atenção de seu corpo funcional.

Smit (2010) nos fornece um importante ponto de partida. Ao refletir sobre a interoperabilidade entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, ela defende o respeito às práticas destas diferentes áreas no âmbito dos museus, ao reforçar que:

“não se pode conceber no contexto do museu, que cada conjunto documental seja organizado e descrito de forma autônoma e isolada, pois cada um pertence a um conjunto maior (o museu) e a informação disponibilizada por cada conjunto deve visar às necessidades informacionais dos diferentes usuários do museu” (SMIT, 2010, p. 39).

Neste sentido, cabe a avaliação se a atual sistemática de processamento de acervos aplicada no CEDOC é capaz de promover uma integração informacional que garanta ações sistemáticas de pesquisa e comunicação do conhecimento vinculado a estes documentos. O estabelecimento de um Programa de Acervos, outro conceito adquirido a partir da Museologia, pode ser uma saída ao tentar prover à instituição novas diretrizes de documentação que fomentem outras atividades-fim.

A organização informacional de uma instituição de preservação configura-se como condição primordial para o desenvolvimento de rotinas ou projetos de pesquisa e extroversão do patrimônio cultural, seja por meio de ações culturais e educativas, seja de exposições. Considerando os desafios inerentes ao processo de reestruturação de um espaço expositivo, o desenvolvimento de processos de consulta e aproximação junto à comunidade poderá ser um importante ponto de partida, inclusive no intuito de angariar informações referentes às suas expectativas enquanto coletividade como no desenvolvimento de conhecimentos inerentes a itens que já compõem o acervo da instituição.

Referências

ANGOLINI, Antônio Carlos. [Entrevista concedida a] Sandra Edilene de Souza Barboza. 16 ago. 2022.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. **Revista Linhas**. Florianópolis, v.18, n. 37, p. 263-382, mai/ago. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC - Iphan, 2005.

FUNDAÇÃO ROMI. **Centro de Documentação Histórica – CEDOC**, 2022. Disponível em: <<https://cdoc.fundacaoromi.org.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FUNDAÇÃO ROMI. **Destaques Estação Cultural**, s.d. Disponível em: <<https://fundacaoromi.org.br/fundacao/estacao-cultural/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FUNDAÇÃO ROMI. **Educação Patrimonial**, s.d.. Disponível em: <<https://fundacaoromi.org.br/fundacao/cedoc/pagina/6>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FUNDAÇÃO ROMI. **Política de Aquisição e Desenvolvimento do Acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Romi**. Santa Bárbara d'Oeste: Fundação Romi, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, 2016.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para educação básica. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31. p.325-338. jan/jun.2002.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao Passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.) **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH - Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 25-28.

PENATTI, Vainer João. [Entrevista concedida a] Sandra Edilene de Souza Barboza. 26 jul. 2022.

RAMOS, Claudinéli Moreira. Documentação e Conservação de Acervos: requisitos decisivos para a preservação patrimonial. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI (Org.). **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. p. 14-25.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu. In: PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Org.). **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. p. 33-41.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.